



TERMO DE REFERÊNCIA

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de materiais permanentes (aparelho de ar condicionado tipo split de 12.000 BTUs, autoclave analógica horizontal de 21 litros e cadeira odontológica com dois mochos de encosto anatômico), para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) de Bataguassu/MS, com recursos oriundos do Programa Estadual de Reestruturação da Saúde Bucal Prisional (Processo 27/034120/2024, OB: 2024OB20274, Resolução SES/MS nº 264/2024).

1.1 Especificação do objeto:

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Qtd.	Valor Un. Estimado	Valor Total Estimado	Cota Reservada ou Exclusiva ME/EEP
1	Aparelho de Ar Condicionado Tipo Split 12.000 BTUs: Ciclo frio, inverter, gás R410A ecológico, tensão 220V, classificação A no INMETRO, display digital, controle remoto, garantia mínima 1 ano. CAT MAT 618525. Instalações inclusas onde aplicável.	UN	1	R\$ 2.219,45	R\$ 2.219,45	Exclusivo ME/EPP
2	Autoclave Analógica Horizontal 21 Litros: Bivolt automático, pressão 1,3 a 2,4 kgf/cm², temperatura 121°C a 136°C, sistema de segurança avançado, câmara em aço inox, garantia mínima 12 meses. CAT MAT 435568. Instalações inclusas onde aplicável.	UN	1	R\$ 6.428,28	R\$ 6.428,28	Exclusivo ME/EPP
3	Cadeira Odontológica com Dois Mochos de Encosto Anatômico UN 1 Características mínimas obrigatórias: A cadeira odontológica deverá atender à norma NBR IEC 60601-1 e possuir registro na ANVISA, garantindo conformidade legal e segurança elétrica. A estrutura deve ser confeccionada em aço maciço com tratamento	UN	1	R\$ 24.390,36	R\$ 24.390,36	Exclusivo ME/EPP



<p>antioxidante e pintura anticorrosiva branca, com base antiderrapante e proteção lateral contra infiltração de água, além de sistema pantográfico de elevação em chapa de aço com capacidade para até 200 kg. A elevação da base deverá ser estável, mesmo quando o paciente for obeso.</p> <p>O equipamento deve dispor de caixa de ligação integrada, botão ON/OFF de fácil acesso e estofamento em couro ou PVC na cor verde clara, com acabamento liso, sem costuras aparentes, resistente e antideformante, garantindo conforto ao paciente. A alimentação deve ser bivolt (110/220 V, 50/60Hz), com sistema eletromecânico de elevação acionado por motorreductor de baixa tensão (24 V) e fusíveis de proteção.</p> <p>O pedal deve ser ambidestro tipo joystick, permitindo ajuste do encosto e assento, com mínimo de três posições programáveis, retorno automático à posição zero e acionamento do refletor e das peças de mão. A cabeceira deve ser anatômica, removível, biarticulável, com regulagem de altura e sistema de trava para fixação na posição desejada.</p> <p>O refletor de LED deve possuir 3 LEDs, sensor de proximidade para acionamento, seleção de intensidade luminosa, fonte de luz fria que não gera calor no campo operatório, cabeçote com giro de 620°, protetor frontal removível em material resistente e transparente, puxadores bilaterais em formato de alça e intensidade luminosa mínima de 20.000 LUX. Não deve produzir sombra, todos os leds devem</p>					
--	--	--	--	--	--



<p>convergir em um único ponto e formar uma iluminação única.</p> <p>A unidade auxiliar deverá incluir 1 sugador e 1 cuba de porcelana ou cerâmica com regulagem de quantidade de água e reservatório translúcido com capacidade mínima de 1000 ml.</p> <p>O equipo deverá ser acoplado à cadeira, articulado com trava pneumática, confeccionado em material resistente com pintura anticorrosiva branca, tampo de inox removível e, no mínimo, três terminais:</p> <ul style="list-style-type: none">• 1 seringa tríplice (bico giratório, removível e autoclavável)• 1 terminal para baixa rotação sem spray• 1 terminal para alta rotação com spray <p>As mangueiras devem ser lisas, sem ranhuras ou estrias, acionamento pneumático com suporte para cada ponta e presença do sistema Flush. Manual em Português.</p> <p>O equipamento deve acompanhar dois mochos com encosto anatômico, revestidos em couro ou PVC verde claro, acabamento liso, cantos arredondados, estofamento rígido, resistente, antideformante e sem costuras aparentes. A base dos mochos deve possuir 5 rodízios resistentes; o assento deve ter ajuste de altura por sistema central de elevação por alavanca ou manopla, e o encosto regulagem de inclinação também por alavanca ou manopla. Manual em Português.</p> <p>Garantia e Assistência Técnica</p> <ul style="list-style-type: none">• O conjunto deve ter garantia mínima de 1 (um) ano, tanto para a cadeira quanto para os mochos.• Assistência técnica autorizada pela					
--	--	--	--	--	--



<p>fabricante com prazo máximo de atendimento de até 48 horas à contar da solicitação.</p> <ul style="list-style-type: none">• Disponibilidade de peças de reposição por, no mínimo, 5 anos; <p>Instalação e Treinamento</p> <ul style="list-style-type: none">• A empresa deverá entregar o equipamento devidamente instalado e em pleno funcionamento, não sendo gerada cobrança adicional pela instalação.• Fornecer treinamento operacional para a equipe odontológica, não sendo gerada cobrança adicional pelo treinamento. <p>Registro na ANVISA</p> <ul style="list-style-type: none">• O conjunto deverá possuir registro válido/vigente na ANVISA. <p>Observação: As características descritas constituem o mínimo aceitável; serão aceitos equipamentos que apresentem especificações superiores, sem redução de qualquer item exigido</p>					
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 33.038,09					

1.2. Nos termos dos artigos 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, os itens da presente licitação cuja estimativa de valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são destinados exclusivamente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme indicado na tabela acima.

1.2.1. Serão aplicadas cotas reservadas de que trata o artigo 48, inciso III, da Lei Complementar 123/2006, para os itens cuja estimativa de valor seja de até R\$ 80.000,00, conforme tabela acima.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 74/2025.

Do Prazo de Vigência da Contratação



1.5. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente requisição tem por objeto a aquisição de (1 aparelho de ar condicionado tipo split de 12.000 BTUs, 1 autoclave analógica horizontal de 21 litros e 1 cadeira odontológica com dois mochos de encosto anatômico), para atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS, utilizando recursos oriundos do Programa Estadual de Reestruturação da Saúde Bucal Prisional (Processo 27/034120/2024, OB: 2024OB20274, valor de R\$ 28.976,00 depositado na conta C. 44067-1 - Banco do Brasil). A medida visa promover a assistência odontológica no ambiente prisional, prevenir riscos à saúde e incentivar práticas de biossegurança e esterilização em consultórios odontológicos da unidade prisional.

2.2. A requisição se justifica pela implantação do Programa Estadual de Reestruturação da Saúde Bucal Prisional, instituído pela Resolução SES nº 264/2024, que destinou incentivo financeiro para modernização de equipamentos odontológicos em estabelecimentos penais. A análise realizada comprovou a falta de equipamentos adequados, o que compromete a qualidade e segurança dos atendimentos. A implementação desses equipamentos é essencial para reduzir riscos de infecções, prevenir a proliferação de patógenos e promover um ambiente clínico seguro e saudável, conforme justificativas da secretaria envolvida.

2.3. Além disso, a aquisição visa:

2.4. Incentivar a conscientização sobre saúde bucal e práticas de esterilização.

2.5. Garantir conformidade com normas de biossegurança e segurança pública.

2.6. Melhorar a infraestrutura do consultório odontológico prisional como local bem equipado.

2.7. A requisição atende ao interesse público ao melhorar a infraestrutura de saúde prisional, promovendo melhores condições de atendimento para a população privada de liberdade, maior resolutividade dos serviços odontológicos e um ambiente mais



saudável, com impactos positivos diretos na qualidade da assistência e na conformidade com a PNAISP, garantindo a correta aplicação do recurso transferido.

2.8. A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025

III) Data de republicação no PNCP: 12/01/2026

IV) Id do item no PCA: 250/2026

V) Classe/Grupo: Material

III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, visando à formalização de contrato administrativo para a aquisição de materiais permanentes (aparelho de ar condicionado tipo split de 12.000 BTUs, autoclave analógica horizontal de 21 litros e cadeira odontológica com dois mochos de encosto anatômico) destinados à Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) de Bataguassu/MS. A contratação tem como objetivo atender às necessidades de assistência odontológica no ambiente prisional, promovendo a biossegurança, a saúde bucal e a infraestrutura adequada de consultórios odontológicos prisionais, conforme o Programa Estadual de Reestruturação da Saúde Bucal Prisional (Resolução SES/MS nº 264/2024).

3.2. A aquisição dos equipamentos é fundamental para atender às necessidades operacionais da SEMSA, possibilitando a modernização do consultório prisional, a redução de riscos de infecções cruzadas, a garantia de esterilização eficiente e a criação de um ambiente clínico seguro e funcional. Os itens a serem adquiridos incluem: 1 aparelho de ar condicionado tipo split de 12.000 BTUs (ciclo frio, inverter, gás R410A ecológico, tensão 220V, classificação A no INMETRO, garantia mínima 1 ano, CAT MAT 618525); 1 autoclave analógica horizontal de 21 litros (bivolt automático, pressão 1,3 a 2,4 kgf/cm², temperatura 121°C a 136°C, câmara em aço inox, garantia mínima 12



meses, CAT MAT 435568); e 1 cadeira odontológica com dois mochos de encosto anatômico (estrutura em aço com tratamento anticorrosivo, capacidade 200 kg, refletor LED com 20.000 LUX, equipo com seringa tríplice e terminais, estofamento em PVC verde claro, instalação inclusa, garantia mínima 1 ano).

3.3. A adoção do Pregão Eletrônico garante maior competitividade entre os fornecedores, transparência no processo licitatório e a obtenção da proposta mais vantajosa à administração pública. Essa abordagem permite que o município adquira todos os itens necessários em uma única etapa, assegurando padronização, cumprimento das exigências técnicas (conforme RDC/ANVISA nº 50/2002, NBR IEC 60601-1 e ABNT NBR 6401/7256) e entrega dentro do prazo, com base nos princípios da economicidade, eficiência e legalidade estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. A aquisição será realizada de uma vez, sem parcelamento, devido à disponibilidade total do recurso transferido (R\$ 28.976,00, Processo 27/034120/2024, OB: 2024OB20274).

3.4. A contratação também prevê:

3.4.1. Garantia mínima de 12 meses para todos os equipamentos, considerando desgaste natural ao longo do tempo, com substituição ou reparo de defeitos em até 03 (três) dias úteis, sem ônus para o município.

3.4.2. Entrega dos bens e instalação (quando aplicável, como na cadeira odontológica) no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o envio da ordem de fornecimento, prorrogáveis mediante autorização da contratante, incluindo suporte técnico inicial e manuais em português.

3.4.3. Assistência técnica local assegurada por meio de certificações de conformidade e compromisso do fornecedor com manutenção preventiva, conforme exigido no edital.

3.5. Dessa forma, a solução proposta assegura a promoção da saúde bucal prisional, a conformidade com normas sanitárias e a melhoria da infraestrutura odontológica, contribuindo para o fortalecimento dos serviços de saúde pública e o atendimento às diretrizes da PNAISP.



IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Aparelho de Ar Condicionado Tipo Split 12.000 BTUs: Ciclo frio, inverter, gás R410A ecológico, tensão 220V, classificação A no INMETRO, display digital, controle remoto, garantia mínima 1 ano. CAT MAT 618525.

4.2. Autoclave Analógica Horizontal 21 Litros: Bivolt automático, pressão 1,3 a 2,4 kgf/cm², temperatura 121°C a 136°C, sistema de segurança avançado, câmara em aço inox, garantia mínima 12 meses. CAT MAT 435568.

4.3. Cadeira Odontológica com Dois Mochos de Encosto Anatômico: Estrutura em aço com tratamento anticorrosivo, capacidade 200 kg, refletor LED com 20.000 LUX, equipo com seringa tríplice e terminais, estofamento em PVC verde claro, instalação inclusa, garantia mínima 1 ano.

Obrigações do Contratante

4.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da requisição, verificando o cumprimento das especificações técnicas.

4.5. Garantir à contratada o acesso às informações necessárias à correta entrega do objeto.

4.6. Notificar formalmente a contratada sobre quaisquer falhas, irregularidades ou descumprimentos identificados durante o fornecimento.

4.7. Rejeitar os equipamentos que não atendam aos padrões de qualidade ou que estejam em desacordo com as especificações previstas no edital e Termo de Referência.

4.8. Aplicar, se necessário, as penalidades contratuais previstas em caso de inadimplência ou atraso na entrega.

4.9. Solicitar providências jurídicas quando configurado descumprimento contratual relevante.

4.10. Efetuar o pagamento conforme os prazos e condições estipulados no contrato, de uma vez, sem parcelamento.

4.11. Zelar pela boa execução do contrato, promovendo ações preventivas e corretivas sempre que necessário.

4.12. Comunicar à contratada, por escrito, sobre qualquer necessidade de substituição de materiais ou ajustes decorrentes de não conformidade.



Obrigações da Contratada

- 4.13.** Fornecer os equipamentos rigorosamente conforme as especificações técnicas mínimas descritas, novos, em embalagem original lacrada e com garantia mínima de 12 meses.
- 4.14.** Realizar a entrega e instalação (quando aplicável, como na cadeira odontológica) no local designado pela SEMSA, em Bataguassu/MS.
- 4.15.** Apresentar certificações de conformidade com normas técnicas (ex.: INMETRO para ar-condicionado, ANVISA para autoclave e cadeira).
- 4.16.** Fornecer manuais de instrução em português e suporte técnico inicial.
- 4.17.** Garantir práticas de sustentabilidade, como e gases refrigerantes ecológicos (R410A para ar-condicionado).
- 4.18.** Cumprir prazos de entrega de uma vez, sem parcelamento, dentro de 05 (cinco) dias úteis após ordem de fornecimento.
- 4.19.** Responsabilizar-se pela entrega de equipamentos novos, em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- 4.20.** Garantir a substituição ou reparo de qualquer equipamento entregue com vício ou defeito, no prazo de até 03 (três) dias úteis, sem ônus para o Município.
- 4.21.** Cumprir todas as obrigações legais, incluindo as de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e de transporte, sendo exclusivamente responsável pelos encargos decorrentes da execução do objeto.
- 4.22.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.
- 4.23.** Assumir os custos de transporte, seguro, tributos, descarregamento e quaisquer encargos incidentes até o local da entrega indicado pela Administração.
- 4.24.** Obedecer integralmente à legislação vigente aplicável ao fornecimento de equipamentos odontológicos, inclusive normas de segurança e qualidade (ex.: RDC/ANVISA nº 50/2002, NBR IEC 60601-1).
- 4.25.** Responder por quaisquer danos causados a terceiros em razão de defeitos ou falhas nos equipamentos fornecidos ou instalados.

Penalidades



4.26. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos da Lei n. 14.133/2021:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração; e
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Subcontratação

4.27. Não será permitida a subcontratação do objeto sem a prévia e expressa autorização por escrito da Administração.

Garantia da Contratação

4.28. Não haverá exigência de garantia da contratação, em virtude da natureza do objeto.

Da exigência de amostra/prospecto:

4.29. Para assegurar a qualidade dos produtos e o atendimento às especificações, a proponente deverá encaminhar, quando solicitado, documentos comprobatórios (fichas técnicas/catálogos, folhetos, manuais, etc.) dos itens autoclave e cadeira odontológica.

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os Equipamentos deverão ser entregues no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da autorização de fornecimento, prorrogáveis mediante autorização da contratante.

5.2. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central, sito à Rua dos Anjos, nº 628, Bairro Jardim São Francisco, Município de Bataguassu/MS, no horário das 08:00hs às 12:00hs e das 14:00hs às 17:00hs (horário oficial de Brasília).

5.3. Os Equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, acompanhadas da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar informações como: tipo de produto,



características, especificações técnicas, fabricante, procedência e garantia mínima padrão.

5.4 A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, qualquer item entregue com avarias, defeitos ou divergências em relação ao solicitado no Termo de Referência, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, a contar da notificação feita pela contratante.

5.5. Em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, a contratada deverá comunicar formalmente à contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, apresentando justificativa e comprovação que motivem o eventual atraso.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a **reparação ou substituição dos bens** que apresentarem vício ou defeito no **prazo de até 15 (quinze) dias**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.



5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para



apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os materiais serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo



acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo indicado neste instrumento, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;



7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.11. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

VIII. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.1.1. O fornecimento do objeto será realizado de forma integral, em parcela única.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis,



a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16. As certidões acima elencadas, quando não indicarem de forma expressa o seu prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, a contar da sua emissão.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Qualificação Técnica – apenas para os itens 2 e 3

8.18. Alvará Sanitário expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, para exercer atividade compatível com o objeto licitado.

8.19. Registro do equipamento fornecido pela ANVISA e/ou Ministério da Saúde, de acordo com a Lei 6.360/76 e resoluções da ANVISA, ou comprovação de isenção do mesmo no Ministério da Saúde.

8.20. Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa expedida pela ANVISA, conforme exigência da RDC n. 16/2014 e suas alterações.

IX. ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 33.038,09 (trinta e três mil, trinta e oito reais e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município para o exercício de 2025 (LOA nº 3.228 de 22/12/2025)

10.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:



Gestão/Unidade: 021010	Gestão/Unidade: 021010
Fonte de Recursos: 1.621	Fonte de Recursos: 1.500
Programa de Trabalho: 10.301.0106.2041	Programa de Trabalho: 10.301.0106.2041
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.08	Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00
Ficha: 635	Ficha: 344

Bataguassu-MS, 13 de janeiro de 2026.

Elaboração:

Geovani Tavares Martim

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Nathália Schulz Cardoso

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Giuliana Carvalho de Araújo

Enc. Setor de Odontologia
Matrícula 17191-1

Aprovado por:

Aline da Silva Cauneto
Secretária Municipal de Saúde